

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: ARTICULAÇÕES DE UM MOVIMENTO

Vanessa Nunes¹

RESUMO: Objetivamos com esta pesquisa, sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, analisar a forma de engajamento dos militares paulistas e sua visão sobre o movimento que participaram, os grupos sociais que constituíram o levante e suas articulações. Para tanto, faremos o relato da trajetória da Revolução de 1930 até a eclosão da Revolução de 1932, analisando as posições tomadas pelos seus protagonistas, buscando responder se houve uma Revolução, ou seja, uma verdadeira natureza de revolução. Utilizamos como base argumentativa, livros de fundamentação teórica para a solução das argumentações ou de novas problemáticas e fontes documentais. Os resultados obtidos indicam que havia uma “imposição”, um discurso ideológico dos articuladores do movimento para persuadir as classes envolvidas e criar toda uma imagem e um ideário distorcido do real. Assim, esse mito permaneceu, o de um movimento intitulado “Revolução”.

PALAVRAS-CHAVES: História do Brasil; Revolução de 1932; Movimento; Articulações de Poder; Contra-Revolução; Período Vargas.

CONSTITUTIONALIST REVOLUTION OF 1932: ARTICULATIONS OF NA MOVEMENT

ABSTRACT: We have for objective with this research, about the Constitutionalist Revolution of 1932, analyze the recruitment shape of “paulistas” soldiers and their vision about the movement that participated, the social groups that constituted those fact and their articulations. For this we will do the account of Revolution’s trajectory of 1930 up to Revolution’s appearance of 1932, analyzing the position capture for their protagonist, searching answer if there was a “Revolution”, in other words, a true nature of “Revolution”. We using with argumentative base, a theoretical fundamentation books to solution the argumentation or the new problematic and document source. The results obtained indicate that there was an imposition, an ideological speech of the movement’s articulators to seduce the involved classes and create an image and a different vision of the real. Like this, these myth remained, a movement whose name is “Revolution”.

KEY WORDS: Brazil’s History; Revolution of 1932; Movement; Power articulations; Against Revolution; Vargas Period.

¹Graduada em História pela Universidade Paranaense – UNIPAR – Campos de Cascavel. Pós-graduanda do Curso de História: Sociedade e Cultura Brasileira da – UNIPAR – Campos Cascavel. E-mail: wanepenzzo26@yahoo.com.br ou wanepenzzo@hotmail.com. Artigo sob orientação do professor Ms. Fausto Alencar Irschlinger (UNIPAR).

Contextualizando os conflitos

Objetivamos com esta pesquisa, sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, analisar a forma de engajamento dos militares paulistas e sua visão sobre o movimento que participaram, os grupos sociais que constituíram o levante e suas articulações. Para tanto, faremos o relato da trajetória da Revolução de 1930 até a eclosão da Revolução de 1932, analisando as posições tomadas pelos seus protagonistas, buscando responder se houve uma “Revolução”, ou seja, uma verdadeira natureza de “revolução”.

Percebemos que, a maioria das obras sobre a Revolução Constitucionalista apresentam duas visões marcantes. Uma que recorre à visão paulista liberal reforçando e buscando em sua consciência a certeza de ter lutado contra a ditadura, em nome do Direito, da Lei e da Constituição. Nessa visão procura-se enaltecer seus organizadores, buscando imortalizar o feito. A outra visão, apresenta a “Revolução Constitucionalista” como um movimento reacionário, contra-revolucionário que pretendia o retorno da situação anterior (República do Café com Leite) e constitui a investida para a restauração da velha mentalidade oligárquica.

Para os paulistas revolucionários a imagem da Revolução de 1930 deveria ser destruída e 1932 seria o marco divisor, quando então, uma nova era se iniciaria. Como demonstra Mario Pinto Serva:

A Revolução brasileira de 1930. (...) não fez senão substituir a tyrannia e dictadura do Sr. Washington Luiz pela tyrannia e dictadura do Sr. Getúlio Vargas, com a agravante de ser este um irresponsável atraz do qual se esconde meia dúzia de tenentes. A Revolução de 1930 pretende reduzir o povo brasileiro á condição de rebanho paciente e uniforme. E pretendeu, addiando indefinidamente a Constituinte, manter a dictadura permanente. E assim essa Revolução de 1930 resultou num simples assalto ao poder para os promotores ratearem entre si os despojos respectivos distribuindo-se os Estados, os ministérios e todos os negócios públicos. (...). Não houve o que a Revolução de 1930 não destruísse no Brasil. Não houve absurdo que não praticasse. Não houve dislate que não realizasse. Não houve falta de senso que não cometesse. (...). Todas as ideologias as mais monstruosas desabaram sobre o Brasil depois de 1930, como verdadeira praga de gafanhotos(...). A Revolução de 1930 fez em tudo o avesso do que devia fazer. Proporcionalmente e relativamente ao tempo, o acervo de erros e abusos da revolução é muito maior que o do regime deposto. Sob o pretexto de acabar com a tyrannia do sr Washington Luiz, a Revolução de 1930 pretendeu estabelecer uma tyrannia permanente, adiando indefinidamente a convocação da Constituinte, que era o seu primeiro e mais sagrado dever. Coagida pela opinião nacional unânime, é que ella vae convocar a constituinte. Quer dizer, essa dictadura só restitue o seu a seu dono, isto é, a soberania á Nação depois que esta bradou indignada contra o esbulho de que era victima se não fosse a Nação gritar, não lhe era restituído o que lhe pertence.²

² SERVA, Pinto Mario. A Epidemia ideológica. O Nacional. Passo Fundo, 16 de junho de 1932. Nº 1272, pg 02.

Essas duas visões da “Revolução Constitucionalista” mostram os articuladores e os valores que acabaram por compor o ideário da “Revolução”, ou seja, a luta por São Paulo, sua autonomia frente aos demais Estados e a interferência do Governo sobre ela, e a ordem onde os articuladores procuraram ocultar os problemas sociais.

Assim, essas interpretações sobre a Revolução de 1930 e 1932 tiveram como base somente o discurso de seus organizadores, seus articuladores, com um discurso ideológico que representava a prática do poder e da persuasão. Podemos citar Visentini e Decca na obra de Maria Helena Capelato:

A Revolução de 30 jamais pode ser tomada como um mero fato _ ela é uma construção extremamente elaborada. Politicamente a elaboração dessa idéia ocorreu no contexto da luta e do exercício da dominação sob o prisma do vencedor. Seria uma análise dualista vencedor versus vencido, uma história vista e relatada sob o prisma do vencedor.³

Nessas obras citadas analisou-se o processo histórico a partir da memória da Revolução de 30 em que a luta entre a crise das oligarquias e a ação do movimento tenentista foi o foco das atenções, dessa forma a Revolução Constitucionalista de 1932 foi interpretada como um continuísmo dessa luta, ficando de fora outros problemas sociais e de classes⁴.

Assim, a proposta desta pesquisa é compreender 1932 não como uma continuação de 1930, é de mostrar que a sociedade dela participou, consciente ou manipulada, tomando suas posições e as assumindo no decorrer do processo. Para maior compreensão é necessário a desmistificação do ideário do dominador na Revolução de 30 e analisar em outra perspectiva, sendo assim, é fundamental analisar a trajetória de 1930 até a eclosão da “Revolução” de 1932.

Não se trata aqui só de um relato de lutas de classes e a participação de vários setores sociais no movimento. Buscamos analisar a “Revolução” e os setores sociais que dela participaram num contexto diferenciado. Mesmo porque os partidos que fizeram parte dessa trajetória entraram com a ideologia de uma “Revolução” submergida em seus próprios anseios e interesses de conquista do poder, conquistando as demais classes que já sentiam as suas maneiras os conflitos e dificuldades sociais que o país já vinha sofrendo. E as “classes” sob o título de “Revolução” se uniram sob esse movimento ocultando cada um a sua maneira, os benefícios que tirariam para si, principalmente a oligarquia, que caso uma guerra fosse

³ VISENTINI, Carlos; DECCA, Edgar S. Apud: CAPELATO, Maria Helena. O Movimento de 1932: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1982. Pg 10.

⁴⁴ Podemos ver maiores referências sobre o período em destaque em: CARAVANTES, Rejane Marli Born. A Crise Política de 1932 no Rio Grande do Sul: O Papel de Flores da Cunha. Porto Alegre: PUC, Novembro de 1988. ; em CARONE, Edgar. Revoluções do Brasil Contemporâneo 1922-1938. São Paulo: Difel, 1975; FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano: Sociedade e Política 1930-1964. São Paulo. Difel, 1981. SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

travada eles nada perderiam, já que a classe subalterna é que arcaria com seus anseios e ambição pelo poder.

No final da década de 1920 setores descontentes da classe dominante em vários Estados e principalmente membros do Partido Democrático de São Paulo, se uniram a setores médios urbanos e parte da classe operária na luta contra o inimigo comum, a oligarquia que dominavam o poder. Não apenas as classes sociais oprimidas se agitam, mas a “política” toma conhecimento do seu papel na realidade.

Como vemos em Maria Helena Capelato o Partido Democrático de São Paulo (PD) foi criado em 1926, conseqüência de disputas em torno de postos do Instituto do Café. Nesse momento era visível uma cisão no interior da classe dominante paulista onde o novo partido acolheu os descontentes com a política do Partido Republicano Paulista (PRP).

Já as manifestações partidárias da burguesia brasileira se faziam nos centros industriais de São Paulo e Rio, sendo o Partido Libertador (Rio Grande do Sul) uma manifestação mais agrária em aliança com uma parte da burguesia.

Nesse contexto de luta contra o Partido Republicano Paulista, o Partido Democrático incorporou o tema da Revolução de 1930, sem assumi-lo até as suas conseqüências, ou seja, sem participar ativamente dele até a Revolução. O objetivo dos democráticos era disputar o poder com o PRP através das urnas. Para ampliar suas bases eleitorais fizeram alianças com os grupos que pregavam a idéia de Revolução. E como esta seria feita contra as oligarquias que o Partido Democrático identificava como os “Perrepistas”, os democráticos se uniram com os “Revolucionários”, integrando na Aliança Liberal. Não levando em conta que a Aliança englobava o “Movimento Tenentista”, que apresentava como proposta, junto ao programa de Revolução, a idéia de centralização do poder e a luta contra a dominação dos Estados mais poderosos (São Paulo e Minas Gerais – República do Café com Leite).

Os democráticos paulistas que eram defensores de uma autonomia dos Estados, a eles se uniram, deixando de lado perspectivas de início antagônicas. Quando se deu início a luta armada, segundo Maria Helena Capelato, a oposição paulista, representada pelo PD, deu apoio à Revolução de 30, mas sem que nela tivesse participado diretamente. Porém a oposição paulista recebeu com entusiasmo a vitória da Revolução com esperanças na obra de remodelação política que propunha realizar.

Em meio ao entusiasmo em São Paulo ao chegar as primeiras notícias do sucesso do movimento revolucionário, que populares tomaram as ruas. Casas lotéricas e de jogo do bicho foram incendiadas, depredadas e saqueadas. Em geral, elas eram vinculadas aos dirigentes o

PRP, o partido dos oligarcas de São Paulo, o partido de Washington Luiz. A mesma sorte tiveram as redações do São Paulo no Jornal e do Correio Paulista, jornais “Perrepistas”.

Foi num clima de libertação de velhas frustrações que chegou com a Revolução já vitoriosa o comboio que conduzia Getúlio Vargas. Porém, devendo compartilhar o poder com os velhos políticos da Aliança Liberal, os tenentes sentiam escapar por entre os dedos as possibilidades de instaurar a República.

Com a formação do Governo Provisório começou a distribuição de cargos em todo o país. Os governadores “Carcomidos” (designação dos caciques da República Velha) foram substituídos por interventores em vários Estados.

Primeiramente houve união entre Estados e Governo Federal, o que facilitou a consolidação do “Movimento Revolucionário”. Os setores situacionistas foram se desarticulando, e os oposicionistas apoiavam os representantes do movimento tenentistas que foram colocados à frente do poder da maioria dos Estados.

Enquanto as lideranças oligárquicas reivindicavam o retorno à normalidade através de uma Assembléia Constituinte, os tenentes insistiam na necessidade de uma ditadura que executasse reformas na organização política do país. As duas correntes que dirigiram a revolução até então unidas separaram-se.

Conscientes de sua própria desorganização e inconsistência de idéias, os tenentes procuraram afastar-se das oligarquias. Para isso, lançaram, em vários Estados em fins de 1930 as primeiras Legiões Revolucionárias. A nível nacional, as lideranças tenentistas criaram a Legião de Outubro que desapareceria para dar lugar ao Clube 3 de Outubro, em maio de 1931, numa tentativa de afirmação de sua política.

O impulso inicial que levou os tenentes a lançarem as suas legiões foi a procura de laços com as camadas mais pobres da população. Cito: “Rio 2, Apareceu nesta capital o Jornal ‘O Radical’ órgão do Clube 3 de outubro⁵”.

A unidade foi se rompendo em alguns Estados da Federação, principalmente naqueles em que os antigos partidos persistiram como o Democrata em São Paulo, Libertador e Republicano no Rio Grande do Sul.

O principal foco da crise foi em São Paulo, entre as elites saídas da República Velha e os tenentistas, que constituíam a alma da revolução. O governo de São Paulo foi confiado a um militar não paulista, o Tenente João Alberto. A isso muito ressentiu o PD, pois, em acordo com Getúlio Vargas, ficava assentado que a direção de São Paulo seria entregue a um

⁵ O NACIONAL, Passo Fundo 2 de junho de 1932. Pg 1.

de seus membros, Francisco Morato. Assim, para o PD a “Revolução” já iniciava sob o motivo de traição, como podemos perceber em O Nacional:

S. PAULO, 6 _ Está agitada a política neste Estado, a propósito da interventoria voltando á tela o crônico caso paulista. Três motivos dessa agitação que renovou a atmosfera de intranqüilidade geral: o primeiro é a questão da volta do Brasil ao regime constitucional, para o que nota-se oposição de certas classes, hoje privilegiadas; o segundo foi a organização do conselho consultivo do Estado, no qual existem nomes completamente desconhecidos, bem como outros inteiramente sem idoneidade para o cargo; e finalmente a interferências acintosa do cel. João Alberto na política do Estado.⁶

No início de 1931 a decepção da oposição paulista para com a Revolução de 1930 era grande e essa crise alcançava amplitude nacional. Afastados dos centros de decisão, os “velhos caciques regionais” começaram a fazer coro com as elites de São Paulo. Na luta contra o PRP, estes haviam apoiado os revolucionários na esperança de ter acesso ao poder. Não somente isso, mas ao invés de estar São Paulo na liderança do movimento renovador a Revolução caminhava rumo ao fortalecimento do poder central, em detrimento da autonomia de São Paulo.

Podemos perceber em Maria Helena Capelato que a situação se agravou quando João Alberto tomou a iniciativa de legalizar o Partido Comunista Brasileiro PCB, além de uma política de aproximação com a classe operária, determinando a concessão de aumentos salariais e diminuição de horas de trabalho. Medidas que segundo o interventor Alberto, visavam: “conciliar patrões e operários, harmonizando-os para uma obra de paz e prosperidade nacional⁷”. Essas medidas desagradaram a classe dominante paulista e os democratas acusaram o interventor de “leviandade” e as desavenças foram acentuando-se.

Já em 7 de abril; de 1931, o PD lançou um manifesto contra o interventor, que dizia: “São Paulo é um território militarmente ocupado⁸”. Segundo Capelato o partido insistia na necessidade de um governo paulista e civil. Criticavam a administração de João Alberto e a política da Legião Revolucionária da qual participavam Miguel Costa e Mendonça Lima que eram aliados de João Alberto e membros do movimento tenentista.

Como resposta ao manifesto foi fechado a sede do Partido e ordenou-se a prisão de Vicente Rão, chefe de polícia ligado aos democráticos; dias depois o Diário Nacional (órgão do PD) também foi fechado temporariamente. Os gaúchos do Partido Libertador (PL) de Assis Brasil e o Partido Republicano Rio Grandense (PRR), o Correio da Manhã e o Estado de São Paulo, deram seu apoio aos democratas e os defenderam; Osvaldo Aranha e o Clube 3

⁶ O NACIONAL. A Política Paulista está agitada, Passo Fundo 4 de janeiro de 1932. Pg 4.

⁷ CAPELATO, Maria Helena: O Movimento de 1932: A Causa Paulista. São Paulo. Brasiliense, 1982. Pg 14.

⁸ Idem. Pg 15.

de Outubro apoiaram o interventor. E João Alberto procurou se aproximar de políticos do Partido Republicano Paulista (PRP).

No dia 28 de abril, os democratas fizeram uma tentativa de golpe que contava com o apoio de General Isidoro Dias Lopes. O levante resultou na prisão de mais de 200 revoltosos civis e militares. Miguel Costa chefe da Legião Revolucionária de São Paulo e fundador do Partido Popular Progressista (PPP), tornou-se comandante da Força Pública e Isidoro Dias Lopes comandante da II Região Militar, foi substituído por Góes Monteiro. A partir desse episódio, segundo Capelato, a oposição iniciou o movimento pelo retorno das “formas legais”, onde a reconstitucionalização passou a ser a bandeira, por trás da qual as velhas oligarquias procuraram unir suas forças esquecendo desavenças.

O PD rompera com João Alberto, mas ambos se mantinham fiéis a Getúlio Vargas. Com a pressão, o interventor acabou se demitindo. Miguel Costa queria substituí-lo. E por pressão do PD e até do PRP levou Vargas a indicar o nome de Plínio Barreto, que contava com a simpatia dos democratas mesmo não sendo do partido. Contra isso Miguel Costa e membros da Legião Revolucionária divulgaram um artigo contra o tenentismo.

Foi nomeado Laudo Ferreira de Camargo, um político neutro, paulista e civil, mas meses depois renunciou devido a desavenças com os tenentes. Assumiu então o posto General Manuel Rabelo. Porém, Rabelo também sofreu críticas:

O coronel Manoel Rabelo, segundo opinião geral, em São Paulo, não pode continuar á testar do governo, tendo já tomado diversas medidas verdadeiramente infelizes (...). Acusa-se ainda o coronel Manoel Rabelo de aceitar um orçamento com um déficit de 200 mil contos de reis, apesar do que as despesas foram aumentadas sem imperiosos motivos. Em vista disso os paulistas estão dispostos a romper com o Senhor Getúlio Vargas, iniciando a oposição ao seu governo, o qual, a seu ver, não trata São Paulo com a consideração que deveria merecer, como um dos Estados que mais concorrem para a União.⁹

Por mais que nomeasse outros interventores, sempre haveria desavenças e críticas, pois seria como tentar contentar “gregos e troianos”, ou seja, algo difícil.

A “Revolução” de 1932: estratégias, disputas e repercussões

De novembro de 1931 e fevereiro de 1932, o PD procurou alianças em outros Estados, rompeu com Getúlio Vargas e concretizou um acordo com o PRP seu inimigo anteriormente. Forma-se a Frente Única Paulista. Minas, Rio Grande do Sul também constituíram Frentes Únicas. Os dois partido gaúchos: Republicano e Libertador, representados por Raul Pila e

⁹ O NACIONAL. Passo Fundo 6 de janeiro de 1932. Pg 04.

Borges de Medeiros se uniram e deram credito a João Neves da Fontora a realizar entendimentos de luta da constitucionalização, surgia nesse momento o denominador comum capaz de possibilitar a ação política unificadora de grupos e correntes variadas.

Em fevereiro de 1932 no Rio de Janeiro um grupo de tenentistas empastelou o Diário Carioca, jornal antitenentista e conservador do Distrito Federal e dirigido por José Eduardo Macedo Soares. A reação das elites foi fulminante, Flores da Cunha escreveu a Getúlio Vargas afirmando que: “João Alberto não faz segredo de que o ataque ao Diário Carioca foi preparado no Ministério da Guerra¹⁰”.

Em 3 de março de 1932 se deu o rompimento dos gaúchos com o Governo Federal. Diante das forças, Vargas decidiu acelerar o projeto de constitucionalização, como podemos perceber em “O Nacional”: “RIO 1. O Sr. Getulio Vargas mandou apressar o alistamento eleitoral, a fim de tornar possível a convocação da constituinte ainda este anno, conforme os desejos da frente única gaúcha, manifestados no heptalogo¹¹”. A lei eleitoral foi assinada em 24 de março de 1932 e a 13 de maio formou-se uma comissão para elaborar o anteprojeto da constituição e foram marcadas eleições para o próximo ano nessa mesma data, como podemos perceber em “O Nacional”:

RIO, 2 (A. B) _ Foi constituída a commissão que ante projectará a constituição, sendo conhecidos os seguintes nomes: Assis Brasil e João Neves da Fontoura, representarão o Estado do Rio Grande do Sul; Sampaio Doria, Estado de São Paulo; Dr. Antonio Carlos, pelo Estado de Minas Gerais, João Daudt Filho, representará as classes commerciaes; Oliveira Passos, as industrias e o conhecido jurisconsulto, Pontes de Miranda, as esquerdas revolucionarias, faltando ainda, representantes da classe operaria e da lavoura.¹²

O conflito não obteve maior repercussão porque, procurando em São Paulo alguém para substituir Manuel Rabelo, Maurício Cardoso nomeia para a interventoria de São Paulo um político neutro, paulista e civil, Pedro de Toledo um de seus últimos atos, logo após o empastelamento do Diário Carioca. Inicia-se o período mais agudo da crise entre oligarquia e tenentismo.

As concessões de Getulio Vargas não convenceram nem pareceram confiáveis a ponto de acalmar os ânimos em São Paulo. Alegando que o ditador só retardava a reconstituição do país.

O problema da escolha do secretariado da constituição girava em torno da participação dos membros do PRP, posição defendida por elementos do PD, mas rejeitada por Vargas. Piorou ainda mais a questão do secretariado quando saíram notícias de que Oswaldo Aranha

¹⁰ BRASIL: Nosso século (1930-1945). São Paulo: Edição organizada por Abril S/A Cultural. 1980. Pg 62.

¹¹ O NACIONAL. Passo Fundo 1 de abril de 1932. Pg 1

¹² Idem. Ante Projecto da constituição. Passo Fundo 2 de junho de 1932. Pg 1.

ministro da fazenda viria a São Paulo, temendo-se que ele viria impor um secretariado tenentista ao interventor Pedro de Toledo.

No dia da chegada de Oswaldo Aranha (22 de maio de 1932), segundo Capelato, passeatas foram organizadas e se intensificaram e na noite de 23 de maio de 1932 a multidão que tomara conta das ruas se multiplicava cada vez mais e a agitação era intensa na Praça da República e foi assaltada a sede do Partido Popular Progressista de Miguel Costa e depredado o prédio do Jornal A Razão.

A grande massa convergiu para o prédio da Legião; os legionários estavam armados e receberam os manifestantes à bala. Quatro jovens foram mortos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Das iniciais de seus nomes surgiu o MMDC, entidade importante na organização da guerra. Esses mortos seriam cultuados como sendo os únicos naquela noite, mas os mortos totalizavam 13, segundo a enciclopédia “Brasil Nosso Século”. A organização MMDC logo começa a receber fundos para compra de armas e os nomes dos doadores eram anotados, como informa a “Brasil”¹³.

O secretariado acabou se organizando conforme os propósitos dos políticos paulistas, ou seja, dele faziam parte “Perrepistas” e democratas em igual número. Nesse momento, não havia mais interesse por parte deles em negociar; a idéia de radicalização do processo já ganhara corpo. Ignorando e procurando ocultar as últimas medidas de Getúlio, deu-se continuação ao movimento pró-constitucionalização e em nada se alterou a disposição de chegar a luta armada.

A mobilização de 23 de Maio foi a concretização de mais um passo na articulação clandestina que os paulistas vinham montando contra o Governo Vargas. A rede conspiratória chegou a envolver o próprio interventor gaúcho, Flores da Cunha, que prometeu pegar em armas contra Vargas. Em Minas, os rebeldes contavam se não com apoio pelo menos com uma neutralidade em caso de levante.

João Neves da Fontora e Júlio de Mesquita Filho, em entendimento preliminar aceito por Minas Gerais, estipularam o prosseguimento da aliança entre as três Frentes Únicas até a implantação de um Governo Constitucional. As articulações para a luta armada vinham sendo feitas desde o início do ano. As ligações militares estavam sob a direção do General Isidoro Dias Lopes, que mantinham contatos com os políticos de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Em fevereiro e março formou-se o Estado Maior Revolucionário. O General Bertoldo Klinger foi escolhido comandante da “Revolução”.

¹³ BRASIL: Nosso século (1930-1945). Idem. Pg 70.

Com a deserção dos gaúchos, a imobilização dos mato-grossenses e a belicosidade dos mineiros, os paulistas descobriram-se sós, diferente do que haviam planejado e pior, nem dispunham de grande poder de fogo, como demonstra “O Nacional”:

RIO 12 _ Diversas estações de radio desta capital interceptaram o seguinte radiogramma expedido de pindamonhagava ao general Klinger, um dos chefes da revolução paulista, ainda em Campo Grande no Estado de Matto Grosso:
 “Estamos decepcionados. Todos aquellos que conosco se comprometteram falharam justamente no momento de agir. Leve ao conhecimento dos camaradas de Matto Grosso que nada adianta o nosso sacrificio São Paulo ficou só”. (a)Tenente Valle”.¹⁴

O pensamento do Partido Democrático era tornar a conspiração realidade, pois assim, não poderiam ser responsabilizados pela situação e teriam a oportunidade de ser governo e não só de participar dele. A burguesia utilizou-se dos sentimentos, dos erros do governo e do cansaço da classe média que vivia na instabilidade, para insinuar exteriormente a exaltação patriótica e tornar enfadonho com a repetição a humilhação de São Paulo e secretamente continuando o preparo do movimento armado.

Essas articulações só se tornaram públicas na noite de 9 de julho de 1932 quando eclodiu antecipadamente o movimento por iniciativa de Bertoldo Klinger e dos democratas paulistas. Pedro de Toledo concordou em permanecer à frente do governo do Estado apesar de ter sido surpreendido por uma reunião que ele não convocara e ouvira de seu secretário da justiça que São Paulo estava em armas contra Getúlio Vargas. E foi em uma sala que ouviu as exortações para que aderisse ao levante.

Os líderes militares da “Revolução” foram: Bertoldo Klinger, Isidoro Dias Lopes e o Coronel Euclides de Figueiredo. A Força Pública também aderiu, e no comando das forças getulistas estava o General Góes Monteiro.

Os revoltosos esperavam a adesão de outros Estados. Mas, após a eclosão do Movimento, Flores da Cunha interventor do Rio Grande do Sul, decidiu apoiar Vargas. Olegário Maciel interventor de Minas aceitou negociar com o poder central e interventores de outros Estados se colocaram ao lado do governo Federal, oferecendo tropas para lutar contra o movimento. A antecipação do levante marcada para o dia 14 de julho, aniversário da Queda da Bastilha, privou os rebeldes de uma série de aliados fundamentais. Podemos citar “O Nacional”:

Porto Alegre, 12 (A. B.) _ O general Flores da Cunha, interventor do Estado, lançou a seguinte proclamação ao Rio Grande e a nação:
 _ Colhido de surpresa, apesar de minha lealdade para com todas as correntes de opiniões, pelo movimento sedicioso que instalou em São Paulo, cumpre-me declarar

¹⁴ O NACIONAL.Tenente Valle. Passo Fundo 12 de julho de 1932. Pg 1.

ao Rio Grande e á Nação que me conservarei fiel aos deveres de delegado do governo Provisório.¹⁵

Através do discurso ideológico a classe dominante paulista empenhou todos os seus esforços na articulação do movimento armado e seus interesses apareciam como os interesses de todos. Dessa forma, as idéias da “classe dominante” passaram a ser aceitas como as únicas verdadeiras e válidas para o conjunto da sociedade.

Setores dissidentes da classe dominante paulista se uniram. Membros do PD e do PRP, representantes do setor agrário, atuaram unidos na luta por São Paulo, contando com a adesão de comerciantes e industriais. Pode dizer que as “classes conservadoras de São Paulo” colocaram-se contra o Governo Provisório que era uma outra fração da classe dominante, interessada no fortalecimento do Estado e sua intervenção política e na produção.

A política econômica de Vargas não prejudicou os cafeicultores. Getúlio Vargas prometeu socorrer a lavoura de café, propôs aumentar o preço do produto e acabar com as intervenções do governo no mercado cafeeiro. Mas a situação era outra e muitas das medidas propostas não foram executadas. O Governo usou o Tesouro Federal na compra de toda a enorme massa de estoque retido.

Apesar disso, a classe dos lavradores tomou parte ativa no movimento de 32 mobilizando sua economia na preparação da guerra. Os comerciantes paulistas também se destacaram como articuladores de 1932. As associações de comércio do Rio de Janeiro manifestaram seu apoio.

Os industriais apoiaram integralmente o movimento, pois havia queixas de que o Governo Federal movia uma guerra tarifária contra a indústria paulista. Os industriais ocuparam papel de destaque na mobilização, pois quase toda a produção dessas indústrias foi militarizada. Milícias foram criadas para inspeção às fábricas que não acatassem as ordens da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Com a colaboração da Escola Politécnica e do Instituto de Engenharia, todas as fábricas e suas capacidades de trabalho foram adaptadas e voltadas a indústria de guerra.

A oligarquia paulista incentivava ao máximo o entusiasmo da pequena burguesia, ou melhor, do povo paulista. Os apelos eram feitos por categorias profissionais ou entidades. Não deixando transparecer as diferenças sociais. A campanha de mobilização tinha interesses universais e não se dirigiam as classes.

Dando maior enfoque a humilhação de São Paulo e da volta a constituição da oligarquia procura identificar o movimento como democrático, mas o operariado olha este

¹⁵ O NACIONAL. Uma Proclamação do General Flores da Cunha. Idem.

patriotismo com desconfiança e os que compreendem que a luta não é sua e sim que o seu sacrifício numa luta só traria benefícios à oligarquia, que dela não participariam ativamente, recusam-se de participar.

Os estudantes entusiasmados responderam ao apelo. A participação dos estrangeiros foi muito valorizada, argumentava-se que a sua participação não decorria de interesses materiais, mas se dava em nome da civilização. Aqueles que recusava a colaborar com a “Revolução” eram considerados inimigos de São Paulo.

Segundo Capelato, os intelectuais também tiveram presença e em torno dela criou-se o contraste entre os participantes paulistas e seus adversários. Onde o caráter da luta se dava entre a elite intelectual (esclarecida) contra os soldados da ditadura.

Índios e negros tiveram participação segundo Maria Helena Capelato. A classe dominante paulista deixou de lado seus discursos preconceituosos e a presença deles fora enaltecida. Formou-se um batalhão de soldados negros, a Legião Negra, que foi exterminada não restando nem o registro dos nomes dos mortos.

Índios do Paraná (Avai) formaram um batalhão que se incorporou ao Exército Constitucionalista, eram 75 homens e ficaram juntos com a Legião Negra: “Índios e negros, integrados a 'raça privilegiada dos paulistas' lutavam conta a 'raça degenerada dos soldados' da ditadura¹⁶”.

Usavam, da ilusão, da imaginação para afirmar e gerar entre a população a sensação de que São Paulo estava sendo ocupada por tropas estrangeiras, “raça degenerada”: “Eram dum tipo tão estranho que pareciam pertencer a outra raça¹⁷”. Através de manifestações, panfletos, comícios, jornais e rádio, eram expedidas as mensagens para que todos pegassem em armas pela defesa de São Paulo. A imprensa paulista divulgou a ideologia dominante através das manchetes, editoriais, anúncios, artigos, ela falou e universalizou seus princípios e os adequou as necessidades suscitadas pelas conturbações políticas e sociais.

Destacando a espontaneidade das adesões para a luta, procurou-se camuflar o caráter autoritário de apelos: “São Paulo reclama e a nação ordena o alistamento de todos os cidadãos válidos¹⁸”. Aqueles que não participassem da luta espontaneamente estavam sujeitos a serem delatados. O jornal “A Platéia” enaltecia um grupo de estudantes que tentavam fazer uma relação do quadro dos alunos com a finalidade de anotar os nomes daqueles que estavam

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena. Idem. Pg 31.

¹⁷ COARACY, Vivaldo. Apud: CAPELATO, Maria Helena. Idem.

¹⁸ DIÁRIO DA NOITE 22/07/1932. Apud: CAPELATO, Maria Helena. Idem. Pg 34.

fugindo do alistamento. Cito: “Os 'maus paulistas', também chamados 'derrotistas', se arriscavam ao desprestígio e ridicularização pública¹⁹”.

Para Capelato, a imprensa dava grande divulgação às cartas dos combatentes às suas famílias. Nos correios as cartas passavam por uma triagem, escolhia-se para publicação as que mostravam “maior fervor cívico”. As que relatavam as dificuldades eram queimadas. Segundo ela, os jornais deram cobertura total ao movimento, anunciava-se o resultado das batalhas vitoriosas excluía-se a publicação de informações sobre as derrotas. Os jornais utilizaram também a fotografia com o intuito de tornar mais vivo o acontecimento e de aproximar o leitor.

Em 1932 as fotografias já estavam previamente estabelecidas. E conforme Capelato, não poderiam ser fotografados os momentos de dificuldades e as derrotas. Dava-se destaque aos heróis que lideravam o movimento e cenas que antecediam os combates. Era uma seleção ideológica que se unia ao discurso aprimorando a construção da memória de 1932 evidenciando a imagem que se queria imortalizar da “Revolução Paulista”.

O rádio, o mais recente meio de comunicação na época, também desempenhou um papel importante na mobilização da propaganda ideológica dos revoltosos. Não apenas eles lançaram mão do rádio para a divulgação de suas causas, os seus adversários também, o que provocou apreensões, para que não se ouvissem mensagens da “ditadura”. Temia-se que a população ficasse sabendo das derrotas ocultadas. A justificativa segundo Maria Helena Capelato era a necessidade de manter elevado o moral da população. Através do rádio hinos levantavam a moral.

Os oradores nos comícios empolgavam as massas para que aderissem ao movimento. Maria Helena cita Ibrahim Nobre como destaque entre os oradores. A multidão o escutava emocionada e muitos o seguiam rumo aos campos de batalha, da onde Nobre retornava para a sua campanha de arregimentação de voluntários.

Percebemos que a classe dominante paulista fez uso de todos os valores que sustentava sua dominação: a família, a propriedade, a religião, a nacionalidade, a justiça e o homem na sua relação com a natureza. Fundamentos teóricos sobre os quais a burguesia ergueu seu domínio e a preservação desses valores justificava a luta e é em nome deles que se procurou convencer a massa paulista e outros de que valia a pena morrer pela causa.

Na mobilização ideológica fez-se reviver o mito das bandeiras, ou seja, o bandeirante foi transformado em símbolo heróico e de vigor e essa visão se revestia de um outro

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena. Idem.

significado o de que o bandeirante era todo o paulista que participasse da luta, carregando a bandeira da causa revolucionária, a constitucionalização e a defesa por São Paulo.

O voto feminino como destaca Maria Helena passara a fazer parte do programa do PD, anteriormente as oposições eram contrárias à participação feminina na vida política. Mas a mulher, a origem da família, representava um elemento importante na manutenção da ordem social e em nome disso, apelou-se para a sua participação em 1932.

A participação da mulher paulista foi um elemento ativo e além de sua presença, exaltou-se a participação das crianças, dando destaque na imprensa a formação de batalhões compostos por garotos de 13 a 15 anos, como relata “Brasil Nosso Século²⁰”.

A família e a religião unidas representavam um dos pilares de sustentação do movimento revolucionário. O clero abençoou os filhos das mulheres que iriam para a luta e justificou a legitimidade da luta que partia das massas populares, do povo todo, sem distinção, assim, era a guerra santa de São Paulo. Os representantes da igreja apoiaram e defenderam os interesses dominantes em nome do povo, que era a legitimidade da luta, contribuindo no reforço ideológico do movimento.

Os jornais católicos apontavam a “Revolução” como legal, pois ela não se voltava contra o poder constituído pela vontade divina, mas sim, contra o Governo Provisório porque este não queria a Lei Constitucional. Já do outro lado, o clero apoiou Getúlio Vargas e foi contra a “Revolução” de São Paulo.

A burguesia fez a campanha do “ouro para o bem de São Paulo”, com a justificativa de que era preciso pagar os custos de guerra. Ressaltou-se a importância moral das doações e enfatizou-se a colaboração de ricos e pobres. As alianças, símbolo do casamento, foram doadas sob a benção do clero, enfatizando a família e a igreja no ideário de 1932. O ouro objeto da divisão social transpõe como símbolo de unidade social.

A bandeira do movimento se completa na defesa da liberdade, do direito, da lei e do restabelecimento da constituição que garantia a liberdade individual. Já o PD sempre teve a opinião de que a Constituinte poderia ser protelada se o Governo do Estado fosse entregue ao partido. O que se pretendia era a nomeação para a interventoria, de um paulista, civil e membro do partido. Não se contestava o caráter da interventoria. Essa luta pelo poder revestiu-se de uma conotação legalista expressa no movimento pró-constitucionalização do país como podemos perceber em “O Nacional”: “RIO 8, - Preparam-se nesta capital e em todo o Estado, para o dia 24 decorrente, grande manifestação proconstituente²¹”. Em torno do tema

²⁰ BRASIL: Nosso século (1930-1945). Idem. Pg 77.

²¹ O NACIONAL: Manifestações proconstituente. Passo Fundo 8/02/1932. Nº 1141.

da constituinte, conseguiu-se grande mobilização não apenas em São Paulo, mas em outros Estados, onde setores descontentes com a política do Governo Provisório acabaram apoiando a causa de São Paulo. Podemos citar: “São Paulo, 5 - Os estudantes desta capital lançaram um manifesto ao povo brasileiro, pleiteando a convocação imediata da constituinte²²”.

Por esta razão os articuladores do movimento paulista procuraram ocultar as medidas tomadas por Getúlio Dornelles Vargas no sentido de iniciar o processo de volta às formas legais. Abrir mão dessa bandeira significava um risco de desmobilização. Pois a defesa da constituição permitia a classe dominante paulista falar por São Paulo e pelo Brasil.

Deu-se ao movimento o caráter de uma “Revolução” que efetuaría o rompimento com o passado, instaurando uma nova etapa. Essa “Revolução” era apontada como fruto da iniciativa popular, correspondendo a suas aspirações e interesses. Com essa imagem, procurava-se legitimar no conjunto social o projeto particular de uma classe, a classe dominante.

A Revolução de 1930, feita em nome do Brasil era contra São Paulo, 1932 seria a “Revolução” de São Paulo pelo Brasil. Essa imagem foi amplamente divulgada pelos articuladores do movimento. Os adversários do movimento por outro lado construíram a imagem de uma luta separatista na qual São Paulo se levantava contra a Nação. Por trás dessas acusações se situavam desavenças entre os interesses dominantes paulistas e a nova política que vinha sendo posta em prática pelo Governo Provisório.

Devido a essas disputas a historiografia explicou o movimento de 1932 como um momento de luta entre as oligarquias de São Paulo e o tenentismo, sem levar em conta que a política que vai se definindo no pós 30 não significava simplesmente a concretização das propostas dos tenentes, mas responde aos interesses de setores da classe dominante em outros Estados. A classe dominante paulista queria recuperar a autonomia de São Paulo, mesmo porque com isso seria possível readquirir o controle do Estado.

No projeto dos liberais paulistas, o progresso e a superação do atraso viriam da autonomia e livre iniciativa dos Estados. No projeto do Governo Provisório o Estado era o elemento impulsionador do progresso e por essa razão se defendia a centralização do poder, o regime unitário. Em ambos o que contava era a superação do atraso e a chegada ao desenvolvimento dando a plena realização do capital. Eram visíveis as divergências entre os dois projetos, mas os interesses (progresso) neles não eram contraditórios.

²² Idem. Passo Fundo 4/01/1932. Nº 1112. Pg 1.

Para Getúlio Dornelles Vargas os propósitos de 1932 tinham um caráter reacionário e a guerra paulista era explicada a partir da ambição de predomínio de São Paulo sobre os demais Estados. As tropas de Vargas foram mobilizadas para lutar contra um movimento comunista e separatista segundo Capelato. Em São Paulo falava-se contra os comunistas que tinham tomado conta do Brasil, lá fora diziam que os comunistas haviam se apossado de São Paulo.

A classe dominante paulista fazia apelos ao povo, para que participassem do movimento. A classe média respondeu a esses apelos gerais e foi mobilizada em 1932. A classe dominante em sua luta contra a ditadura à responsabilizava por uma situação de desordem, caos e instabilidade social, ao mesmo tempo em que aponta para um perigo: o comunismo. Deles partiram as iniciativas de mobilização social em defesa da ordem contra o comunismo. Em 1932 foram acusadas de comunistas tanto as forças de Vargas quanto às de São Paulo.

Por detrás do perigo comunista e da pregação sobre a ordem, estava a classe operária incomodando e inquietando a classe dominante. Que mobilizou a classe média e concentrou todos os esforços no sentido de reprimir as lutas operárias e suas tentativas de organização. Se não existisse uma situação de instabilidade na sociedade não haveria a necessidade e a ênfase na representação ideológica, anticomunista, nem uma mobilização intensa em torno desse tema.

Percebemos que o Partido Comunista Brasileiro não teve uma atuação importante em São Paulo nesse período. Os anarco-sindicalistas, tanto quanto as outras organizações estavam enfraquecidas e desorganizadas. Os movimentos de organização operária estavam enfraquecidos, as greves e protestos também foram intensos nesse período. Os patrões forçaram a baixa de salários e o Governo Provisório acabou intervindo no movimento operário.

Foi criado o Ministério do Trabalho, tendo à frente Lindolfo Collor. Já em 1931 foi assinado o decreto que regularizava as sindicalizações das classes patronais e operárias e estabelecendo que o funcionamento dos sindicatos ficaria sob o controle do Estado.

As promulgações de leis sociais se sucederam entre 1931 e meados de 1932. Sendo regulamentados, o trabalho feminino, o trabalho de menores, o horário de trabalho no comércio e na indústria e assinado o decreto da Carteira Profissional. No entanto, grande parte das reclamações acabou permanecendo sem respostas ou soluções, as greves continuaram e o controle social tornava-se ao mesmo tempo mais rígido.

Em março de 1932, João Alberto assumiu a polícia do Rio de Janeiro e a partir daí deu-se um violento combate ao comunismo. A idéia de uma greve geral tomava corpo. Membros do PC procuravam intensificar a agitação social. A 11 de maio, operários têxteis entraram em greve em confronto violento com a polícia. Reivindicaram aumento salarial, cumprimento das leis burladas pelos patrões e houve manifestações de solidariedade aos operários despedidos. Após os episódios de 23 de maio, a luta política se radicalizou, o novo Secretariado paulista passou a agir de forma mais repressiva contra os agitadores, “os comunistas”. A atuação da classe operária explica a intranqüilidade da classe dominante. Já a política do governo federal visava a neutralidade das lutas sociais segundo Capelato.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo invocando a agitação operária pediu ao ministro do trabalho que suspendesse provisoriamente em São Paulo a execução das leis sociais. Mas a resposta foi negativa. Essa recusa por parte do governo, em adiar a aplicação das leis sociais para Maria Helena Capelato, explica porque em São Paulo se responsabilizava a “ditadura” pelas agitações sociais.

As divergências em torno da tendência unificadora do poder central, as lutas pela conquista do poder no Estado, eram agravadas pela situação de instabilidade social e pelas decisões que o governo assumia.

Durante os três meses de luta armada, não havia menções a classe operária. Não se descuidou da vigilância nas fábricas e da repressão aos líderes do movimento operário. Porém as forças Paulistas enfraqueciam gradativamente, os paulistas que em julho haviam invadido Minas e Rio de Janeiro são obrigados a retroceder. As forças vindas do Sul entraram por Itararé e ficaram nas cercanias do rio Paranapanema, no eixo da Sorocabana e no vale do Paraíba travou-se combates no túnel de Cruzeiro e em agosto começa o recuo, podemos citar:

A 17, às 2 horas levantou o acampamento e de ordem do Comandante da 5^o D. I (Departamento de Infantaria) deslocou-se com o Batalhão, em marcha forçada em direção ao passo do Cipriano, no rio Itararé. A 18, às 12 horas, mais ou menos tomou contato com o inimigo, que se achava em posição na crista da colina imediatamente ao Norte, da estrada Mormigava - Itararé; sendo esta posição tomada depois de forte combate. A 20, seguiu com o regimento para a cidade de Itararé, onde chegou pela manhã e acantonou no edifício do Cine Teatro, bão digo, Rio Branco.²³

Entre agosto e setembro, as ações de guerra já se revelam inteiramente desfavoráveis para os paulistas. Tropas de Minas haviam atravessado a fronteira, tomaram Guaxupé e Pouso Alegre e ameaçavam Piquete, Cruzeiro e Campinas. Próximo a Mogi-Mirim o coronel Eurico Dutra conquista Itapira.

²³ SILVA, Hermínio Nunes da. Caderneta Militar. Exército Brasileiro: Imprensa Militar. Rio de Janeiro 1932. Pg 33 e 39.

Entre 13 e 15 de agosto, em Buri na frente sul, trava-se uma sangrenta batalha. Os combatentes são mortos, mas as tropas federais avançam e sitiam Itapetininga, como podemos ver em:

Agosto: a 12, deslocou-se com parte do Batalhão para a região da estrada velha Buri – Capão Bonito, próximo a ponte do rio Paranapitanga, digo, Apiabi, a fim de reforçar dois felizes deste batalhão empenhados desde as 13hs, contra uma coluna inimiga de 650 homens aproximadamente, que as 22 hs, mais ou menos abandonaram o campo de luta cessando então o combate. (...). A27, às 9hs, marchou de regresso ao estacionamento em Buri, que foi atingido as 11 e 30 hs. A28, às 15hs, deslocou-se em caminhões com o Batalhão de Buri, em direção a ponte da manteiga, sobre o rio Paranapitanga. A31 continuou o avanço em direção ao Fundão, com a missão de às 8hs, cooperar no ataque desse dia do Destacamento. Coronel Dorneles atacando o lanço direito, sendo com a Companhia, o primeiro a atacar. As 18hs, mais ou menos cessou o combate com a debandada dos rebelados e na mesma hora regressou a região da ponte do manteiga. Setembro: A 1º, deslocou-se com o Regimento pelas estradas ponte manteiga Buri – Capão Bonito, acampando no lugar denominado Fundão, onde permaneceu até às 17 hs, do dia 4, quando marchou em destino a Capão Bonito; as 23 e 30 hs atingiu o posso do ---- preto, onde acampou. A16 passou para a outra margem, progredindo até a ponte do Damião Ferreira, sobre o mesmo rio, a fim de atacar os rebeldes ali entrincheirados.²⁴

Devido à inferioridade bélica os paulistas desenvolveram alguns artifícios como o de matracas e ruídos que sugeriam alto poder de fogo. Inventaram também novas armas como a Bombarda (bazuca) e construíram carros lança-chamas. Nada, porém abalava a superioridade das forças federais.

Logo no começo da luta, os gaúchos da Frente Única sondaram os paulistas sobre a possibilidade de serem intermediários numa trégua. Como demonstra “O Nacional”:

P. ALEGRE 12, _ O “Jornal da Manhã”, muito destacadamente diz:
_ Temos informações seguras de que o general Flores da Cunha, srs. Borges de Medeiros e Raul Pilla, assim como os demais próceres gaúchos da frente única estão nobremente empenhados em conseguir uma solução para a grave emergência que o paiz atravessa, no intuito de evitar maiores sacrifícios e obter a pacificação geral. As dennarches tendentes a obter esse desideratum estão iniciadas.²⁵

Maurício Cardoso procurou Getúlio Vargas para por fim a luta. Nos últimos dias de setembro que Bertoldo Klinger, comandante-chefe das forças revolucionárias constitucionistas pediu a paz. Os enviados de Klinger para as negociações de paz não aceitam as condições, porém os representantes da Força Pública concordam, Pedro de Toledo interventor de São Paulo é deposto no dia 2 de outubro. O Partido Democrático que pretendia continuar a luta não conseguiria, pois São Paulo estava exausta e a oligarquia derrotada tiraria da derrota de São Paulo o motivo para prosseguir a luta contra os tenentes. Podemos citar “O Nacional”:

²⁴ SILVA, Hermínio Nunes. Idem. Pg 41, 42,43.

²⁵ O NACIONAL. Cogitasse de um entendimento que evite maiores males: O Rio Grande do Sul está iniciando as negociações. Passo Fundo 12/06/1932. Pg1.

RIO 13, (A.B.) _ “O Globo” confirma a noticia publicada pelo “Diário de Noticias” de que os revolucionários enviaram a essa capital 2 emissários, para conhecer as condições em que o governo accetaria a deposição de armas por parte dos constitucionalistas.²⁶

Os jornais publicaram a notícia do armistício sem mencionara a derrota. Houve fugas, prisões e exílios. Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram responsabilizados pelo final da luta, afirmavam os paulistas que a ausência de companheiros de luta e que cujas armas contra eles se voltaram foram o motivo do enfraquecimento e do continuísmo da ditadura, porque para eles era conveniente a continuação da ditadura de Vargas. Podemos citar:

O General Góes Monteiro (...). Acrescenta que telegraphou ao general Bertholdo Klinger, um dos chefes da revolução constitucionalista dizendo que o Rio Grande era o pivot da situação. Si o Rio Grande não tomou parte no movimento, pode-se dizer que este está dominado, circunscripto como esta a São Paulo. Si o Rio Grande não estivesse apoiando o governo provisório, nesta emergência, talvez houvesse duvidas quanto ao resultado da revolta, mas com a atitude do Rio Grande a Victoria do governo federal era certa. Terminou o seu telegramma dizendo que o Rio Grande do Sul é o fiel da balança, o pivot da situação nacional.²⁷

Flores da Cunha foi apontado como delator da conspiração de São Paulo ao Governo Provisório, como podemos perceber na tese de Rejane:

Flores sabia da conspiração. Telegrafou a Osvaldo Aranha dizendo que João Neves, Batista Lusardo e Lindolfo Collor queriam vê-lo longe da interventoria. Informava, que as tropas estavam de prontidão e que não os via há vários dias. Flores escrevendo a Osvaldo Aranha, disse que o General Bertoldo Klinger estava manobrando para desencadear a trama em São Paulo e no Rio Grande e que era necessário agir com prudência a fim de desconcertar os seus planos. Mencionava que as tropas estavam em prontidão.²⁸

Desse modo, também citamos Capelato:

Contra essas acusações pronunciou-se o Coronel Herculano de Carvalho, através de um manifesto. (...) Na véspera da eclosão da luta, aos membros da Força Publica foi comunicado que esta se limitaria a manter a ordem de prontidão nos quartéis. Porém, foram mandados urgentemente para o front, mas afirmava-se que a vitória seria garantida sem um único disparo de fuzil. As tropas paulistas formariam alas à passagem das de Mato Grosso, vanguardieras das do Rio Grande do Sul. Tinham no seu flanco esquerdo as de Minas, tratava-se de uma simples parada militar até o Rio de Janeiro. Pura ilusão! Havia forte resistência armada.²⁹

Em 18 de outubro veio a publico um longo documento de J.A. Marrey Jr, antigo membro do Diário o PD, revelando divergências no seio do partido no período que antecedeu a eclosão da luta armada. O mesmo explica que se indispôs com a maioria dos membros do

²⁶ O NACIONAL. Trata-se em verdade de um acordo. Passo Fundo 19/06/1932. Pg 1.

²⁷ Idem. O General Góes Monteiro. Passo Fundo 12/06/1932. Pg 1.

²⁸ CARAVANTES, Rejane Marli Born: A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: O papel de Flores da Cunha. Porto Alegre. Curso de Pós-Graduação em História, PUC-RS. Novembro de 1988. Pg 211.

²⁹ CAPELATO, Maria Helena. Idem. Pg 76 e 77.

partido, deles discordando a proposta da participação dos “Perrepistas” no governo do Estado (durante a interventoria de Pedro de Toledo). Mas a causa maior de desavença era a questão da luta armada como percebemos na obra de Capelato:

Fui contra a Revolução porque sabia que São Paulo ficaria sozinha. Não tinha entendimento com o governo de Minas, só se contava com o apoio moral do Sr. Arthur Bernardes. Flores da Cunha e Osvaldo Aranha declararam que o Rio Grande do Sul não acompanharia. (...). Era sabido que SP não tinha armas nem munições para lutar sozinho. (...). O Governo Provisório sabia em detalhes sobre a conspiração, mas não tomou providencia para impedi-la. Talvez a julgasse necessária para a consolidação da Revolução. Eu não me prestaria as mentiras com que o povo foi enganado.³⁰

Esse documento escrito por Marry mostra que não houve uma unanimidade quanto á idéia de se fazer uma “Revolução”.

Capelato em sua obra mostra que no aniversário da “Revolução” os ex-combatentes, através de manifestos exprimiram suas queixas contra os articuladores do movimento. Denunciaram as ordens durante a guerra de avançar e manter posições insustentáveis e os privilégios de poucos, que constituíam a elite, que proclamavam bravura e feitos imaginários. “Nos somos aqueles que hoje estão convictos da mistificação a que foram atirados pelos manobreadores da política profissional, promovedores de revoluções com o intuito da reconquista do poder perdido³¹”.

As denúncias e as críticas do período não tiveram divulgação pela imprensa e pelo rádio que deram durante 1932 as mais animadas notícias do movimento na chamada para a luta. A interpretação paulista que permaneceu na memória de 1932 foi muito diferente, os revolucionários negaram a idéia de que em 1930 ocorrera uma Revolução, sugeriram como nova periodização para a história do Brasil o período de 1932, onde a classe dominante apontava para 1932 como o fim do caos e o instaurador da “nova ordem”.

1932: uma “revolução” para o Brasil?

Não se pode centralizar o movimento de 1932 como sendo uma luta entre dois setores da mesma classe, pois, as lutas sociais ocorreram mesmo que os articuladores do movimento tenham tentado ocultar a presença deles que estiveram ativa e participante, constituindo uma

³⁰ Idem. Pg 79.

³¹ Idem. Pg 82.

ameaça e obrigando a classe dominante a reorganizar e ajustar seu discurso e tática de dominação e legitimidade do poder, reforçando cada vez mais.

São Paulo pegou em armas não para um benefício coletivo, mas sim, por interesses econômicos e políticos que lucrariam não só com uma eventual vitória ou derrota, mas com a conquista de seus próprios interesses. Já que, para a classe dominante, a situação econômica estava difícil ainda com o vestígio do "crack" da bolsa de valores em 1929 nos EUA e a economia cafeeira e do leite. Há também a possibilidade de que a indústria paulista se beneficiaria economicamente com uma formação industrial "bélica adaptada", que movimentaria sua economia e a do próprio Estado, já que o mesmo sabia das articulações e não tomou medidas retroativas.

O período de 1932 não se explica somente com as movimentações que os inimigos de São Paulo invejosos de sua modernização lançaram mão. Há muitos detalhes que devem ser levantados, investigados com cautela que podem desvendar outras interpretações críticas e enriquecer a historiografia do período.

Outro fato que deve ser ressaltado é a utilização do termo "Revolução" para explicar o período. Buscar responder se houve uma "Revolução", ou seja, uma verdadeira natureza de "Revolução", nos remete ao conceito da palavra. Segundo Norberto Bobbio em: Dicionário de Política. "Revolução" é definida como:

É a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica.³²

Percebemos que a palavra chave do termo "Revolução" remete-se à necessidade de mudanças nas relações políticas existentes, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio econômica. Para uma melhor compreensão, além do conceito de "Revolução" é preciso recorrer ao conceito de "Golpe de Estado" e "Contra-revolução". Conceitos estes já empregados em obras sobre a Revolução Constitucionalista como é o caso de Edgar Carone em sua obra: Revoluções do Brasil Contemporâneo de 1922-1938 e também sua obra: Brasil anos de crise 1930-1945 ou o autor Boris Fausto em: História do Brasil e O Brasil Republicano, além de outros autores e obras que utilizam o termo "Movimento" ao em vez de "Revolução" como é o caso de Maria Helena Capelato: O Movimento de 1932: a causa paulista.

Para Bobbio o conceito de "Revolução" se distingue do "Golpe de Estado" porque segundo o mesmo este se configura como uma tentativa de substituição das autoridades

³² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 9ª edição. Brasília: UNB – Universidade de Brasília, 1997. Pg 1121.

políticas institucionais, e que nada ou quase nada muda as estruturas políticas e sócio-econômicas. Para Norberto Bobbio “Golpe de Estado” é: “Tipicamente levado a efeito por escasso número de homens já pertencentes á elite, sendo, por conseguinte, de caráter essencialmente cimero”.

Segundo Norberto a tomada do poder pelos revolucionários pode acontecer mediante um “Golpe de Estado”. E a “Revolução” só se completa com profundas mudanças nos sistemas político, social e econômico.

Para o Dicionário de Política, de acordo com as intenções dos revolucionários poderá haver uma revolução de massa ou uma revolução em sentido estrito. Quando os revolucionários pretendem subverter as esferas políticas, social e econômica, há uma grande participação popular, a luta é prolongada. Já no caso de um “Golpe de Estado” reformista, os insurretos têm mudanças mais ou menos importantes na estrutura da autoridade política e transformações sócio-econômicas limitadas, a participação popular se torna escassa e a duração da luta se torna breve. Ou seja, quando ocorre um “Golpe de Estado” os insurretos visam unicamente substituir os líderes políticos.

Assim, considerando revolucionários os processos que provoquem mudanças sócio-econômicas, não desqualifica a definição de “Revolução” mesmo quando essa não é vitoriosa, desde que haja uma tentativa de introdução de mudanças políticas e sócio-econômicas. Outra evidência da “Revolução” seja ela vitoriosa ou não é a necessidade da violência, tendo como base a duração do conflito armado entre as classes dirigentes e os revolucionários e o número de vítimas.

Quando os revolucionários propõem mudanças profundas na estrutura política e sócio-econômicas do sistema, estes têm a necessidade de recorrerem à participação popular contra as autoridades políticas no poder. Como foi o caso de 1932, onde os articuladores do movimento utilizaram todos os meios de comunicação disponíveis, a fim de mobilizarem a população para que atendessem seu pedido de pegarem em armas por São Paulo e pelo Brasil. Pedido esse que era ideologicamente formulado obscurecendo as verdadeiras intenções de conquista do poder, sem que futuramente ocorressem profundas mudanças sócio-econômicas, pois, não era interesse dos mesmos, já que oprimiam de todas as formas as manifestações de reivindicações operárias.

Dessa forma explica-se a atuação das autoridades políticas vigentes que utilizaram instrumentos de coerção disponíveis como o exército e a polícia, rebentando o conflito civil, de amplitude, intensidade e duração proporcionais ao numero de indivíduos envolvidos e

intimamente dependentes da relação de forças existente entre os dois grupos, não podendo deixar de ser violenta e sangrenta.

O movimento de 1932 não contesta o caráter da interventoria, e sim, luta pela conquista do poder utilizando como artifício a constituição não estabelecida da Revolução de 1930. Dessa forma outra visão marcante do período foi de que a “Revolução” Constitucionalista de 1932 foi um movimento contra-revolucionário que pretendia o retorno da situação anterior.

As tentativas revolucionárias visam à substituição das classes que detêm o poder e a mudança conseqüente das relações sócio-econômicas e essas mudanças não são introduzidas sem forte resistência das classes depostas, o que chega a provocar guerras civis. Podemos fazer um paralelo entre a Revolução de 1930 e a “Revolução” de 1932, onde as autoridades depostas em 1930 resistem provocando uma guerra em 1932. Assim segundo Bobbio:

O curso da Revolução é influenciado por dois fatos de certa importância: antes de mais nada, pela capacidade dos líderes revolucionários, que terão de fazer funcionar o sistema de tal maneira que pelo menos a maioria dos que os apóiam estejam mais satisfeitos com as atuais condições de vida do que as do período pré-revolucionário, em segundo lugar pela introdução de tais transformações que tornam impossíveis o retorno ao passado.³³

Com isso os funcionários que aplicam e avaliam as transformações revolucionárias podem tornar-se contra-revolucionários devido às discordâncias quanto à introdução das transformações, dentro dos grupos revolucionários, ou seja, a “Revolução” vitoriosa tem de enfrentar as tentativas de “Contra-revolução”.

A “Revolução” Constitucionalista de 1932 poderia ser chamada de contra-revolução da Revolução de 1930, pois, a contra-revolução não destruiria as transformações efetuadas pelo regime revolucionário de 1930 porque não se contestava o caráter das interventorias. Os contra-revolucionários aproveitaram o estado de descontentamento das massas, inevitável na fase imediatamente seguinte a Revolução, porém, sabendo que tal descontentamento não significaria a volta à velha ordem.

Compreendendo que para obter apoio da maioria da população, deveriam aceitar mudanças e métodos que a Revolução de 1930 introduziu. Seria a explicação de se utilizar a Constituição, a restauração da ordem, o direito a lei como bandeira do movimento de 1932. Ou melhor, segundo Norberto Bobbio: “Formar uma estrutura de elementos velhos e novos, de tendências aristocráticas e de afagos populistas (...). Jamais poderá, contudo, resultar num total e completo retorno a um passado que foi sepultado³⁴”. Essa citação de Bobbio explica o

³³ BOBBIO, Norberto. Idem. Pg 1128.

³⁴ BOBBIO, Norberto. Idem. Pg 1129.

fato de enterrarem 1930 e fazer de 1932 um novo marco para a “Revolução” do Brasil e de São Paulo.

Com base nos conceitos de “Revolução”, “Golpe de Estado” e “Contra-revolução” é possível concluir, que 1932 foi uma “Contra-revolução” no sentido de uma luta armada, com um número considerável de vítimas, tendo como bandeira do movimento a Constituição e também supostamente um novo marco para o Brasil e a necessidade de se manter as mudanças já implantadas pela revolução de 1930, sabendo que a população não aceitaria o retorno a situação a anterior. Assim, a Revolução de 1930 foi seguida por uma “Contra-revolução” em 1932 da classe deposta em 1930, que se aproveitou das incertezas, indiferenças e insatisfação da população e provavelmente da desorganização pós-revolucionária de 1930, como tentativa de adquirir o poder.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 9º ed. Brasília: UNB – Universidade de Brasília. 1997.

BRASIL, Nosso Século. **1930/1945 I-5**. Editor: CIVITA, Victor. Edição organizada por Abril S.A. Cultural. São Paulo 1980. Edição exclusiva para o círculo do livro.

BRASIL, Presidência da República. **Governos da República**. 3ª ed. Ver e atual. Brasília: Casa civil. 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva**. 2ª ed. Ver e aumentada. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. **O Movimento de 1932: A Causa Paulista**. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARAVANTES, Rejane Marli Born. **A Crise Política de 1932 no Rio Grande do Sul: O papel de Flores da Cunha**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, Novembro de 1988.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938): Corpo e Alma do Brasil**. 2º edição. São Paulo: Difel, 1975.

CARONE, Edgar. **Brasil anos de crise 1930-1945**. Série Fundamentos. São Paulo. Editora Ática, 1991.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. 4ª. Impressão. São Paulo: Moderna, 1997 (coleção polêmica).

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. 16ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. (org). **O Brasil Republicano: Sociedade e política 1930-1964**. São Paulo. Difel, 1981. (coleção História Geral da Civilização Brasileira).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Fundef, 2000.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma história do Brasil República**. São Paulo: Contexto, 1997.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologias autoritárias no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SILVA, Hélio. **1932: A guerra paulista**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1967.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

TRINDADE, Hélió (org). **Revolução de 1930: partidos e imprensa partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937)**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

Fontes de Pesquisa

Jornais:

O NACIONAL, **Diário Independente**. Passo Fundo-RS, 4 de Janeiro de 1932 a dezembro de 1932. Número 1112. Arquivo Histórico de Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo – Campus III.

Caderneta:

BRASILEIRO, Exército. **Caderneta Militar de Hermínio Nunes da Silva**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1932.

BRASILEIRO, Exército. **Caderneta Individual de Tiro pertencente ao Soldado nº 612, Hermínio Nunes da Silva**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 4ª Companhia 1932.

Páginas da Internet:

A Revolução de 32. Disponível em:

www.maricibross.com/a_revolucao_de_32.htm . Acesso em: 04 abril de 2005.

A Revolução de 1930: Getúlio Vargas em Itararé. Disponível em:

www.lazara.tripod.com.br/elosclubedeitarar/id14.html . Acesso em: 03 abril de 2005.

BRASIL, Presidência da Republica. **Informações históricas: galeria dos presidentes.**

Disponível em : <http://www.presidenciaorepublica.gov.br> . Acesso em: 11 de Setembro de 2004.

FGV – CPDOC. Anos 20 Revolução de 1930: A Era Vargas. Disponível em:

www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_rev30_001.htm . Acesso em: 03 abril de 2005.

Índice da Revolução de 1930. Disponível em:

www.cadet.aman.ensino.eb.br/histgeo/HistMildoBrasil/rev1930/IndiceRev30.htm . Acesso em: 04 de abril de 2005.

MUSEU, da República. Centro de Referência da História Republicana Brasileira.

Presidências. Disponível em : <http://republicaonline.org.br> . Acesso em: 10 setembro de 2004.

Novo Milênio: Especial - Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Disponível

em: www.novomilenio.inf.br/festas/1932sp.htm. Acesso em: 3 abril de 2005

O Sentido da Revolução de 1932, Jornal do Brasil, 1982, Simon. Disponível em:

www.shwartzman.org.Br/simon/rev32.htm . Acesso em: 4 de abril de 2005.

O Mackenzie e a Revolução de 1932. Disponível em:

www.macknet.com.br/universidade/artigos/revolucao_32.htm . Acesso em: 5 de abril de 2005

PDT – A Revolução de 1930. Disponível em:

www.pdt.org.br/personalidades/Getulio_historia_2.asp . Acesso em: 3 de Abril de 2005.

Revolução de 1930 disponível em: www.republicaonline.org.br . Acesso em: 9 de outubro de 2004.

Revolução de 1930 e Revolução de 1932. Disponível em :

www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/revolucao30.htm . Acesso em: 3 de maio de 2005.

Revolução de 1930- Armamentos Produzidos em Belo Horizonte. Disponível em:

www.defesa.ufjf.br/arq/art107.htm . Acesso em 5 de abril de 2005.

Revolução de 1932 disponível em :

www.stm.gov.br/historia/proces_hist/revolucao_1932.html . Acesso em 4 de abril de 2005.

Revolução de 1932: General Júlio Marcondes Salgado. Disponível em:
www.sampa.art.br/saopaulo/revolucao1932.htm . Acesso em 5 de abril de 2005.

Trator Agrícola Blindado Revolução de 1932. Disponível em: www.defesa.ufjf.br/arq/art%2072.htm . Acesso em: 3 de abril de 2005.